

Palavra do Prof Benício
16/02/1990
(I Encontro Pro-Alpha)

1o. ENCONTRO PRO-ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

16.02.90

DEGRAVAÇÃO

PALESTRA DO PROF. SERGIO HADDAD

Sem revisão do autor

Muito boa noite! Eu queria inicialmente agradecer o convite de estar aqui batendo papo sobre essa questão do Ano Internacional da Alfabetização e estender esse agradecimento em nome do Paulo Freire que infelizmente não pode vir e me solicitou então, que fizesse esse agradecimento.

Eu, na verdade, procurei muito mais amarrar alguns pontos que pudessem talvez servir de subsídio para esses dias de trabalho do que propriamente uma fala articulada ou alguma coisa que pudesse ser um pouco mais densa. Então, vamos dizer, eu anotei algumas questões, trouxe uma quantidade de materiais pra que possa ser socializado por vocês, provavelmente devem ter, caso não tenham está à disposição. E, anotei uma pauta de eventos, de atividades que estão ocorrendo já por motivo deste Ano Internacional de Alfabetização e que podem servir pra que vocês possam acompanhar ao longo desse ano.

Bom, eu anotei 06 pontos que no meu ponto de vista nós deveríamos considerar em um quadro como este em que o Ano Internacional da Alfabetização foi lançado.

O 1o. ponto é um ponto mais referente à questão conjuntural, pegando questões de ordem internacional algumas mais relativas à América Latina e pontos em relação ao Brasil. Eu acho que uma consideração inicial em relação à questão conjuntural internacional que nos deveríamos levar em consideração é o fato de que com as mudanças no Leste Europeu, com a maior proximidade desses países com outros países da Europa, acaba por se configurar cada vez mais fortemente uma mudança fundamental no nível internacional das relações que deixam de ser muito mais entre o bloco comunista e o bloco capitalista, entre o leste e o oeste pra ser muito mais uma relação de confronto entre os países mais avançados e os países menos avançados. Então, esta é talvez a primeira questão que deveria ser levada em consideração em termos internacionais. Hoje é muito mais uma questão de enfrentamento entre o bloco do norte e o bloco do sul, do que propriamente uma relação entre o leste e o oeste. Isto diz muito respeito à nossa América e, em especial ao nosso país, uma vez de que o Brasil passa e certamente tem uma das economias mais importantes em termos do capitalismo internacional dentro do mundo subdesenvolvido, e que portanto passa já por questões de grandes dificuldades e em termos de perspectivas mais amplas deve passar por dificuldades ainda maiores. O que a gente pode notar é que os blocos internacionais mais desenvolvidos acabaram por se organizar em 03 grandes frentes: uma com a unidade européia então, com os países de Europa e mais a curto prazo a inclusão desses países do leste europeu. Um segundo bloco, o bloco asiático e o terceiro bloco, o bloco dos Estados Unidos com o Canadá e o norte do México, formaram três polos bastante poderosos em termos econômicos onde as relações internacionais

vão estar bastante polarizadas e onde o papel dos países do terceiro mundo vai ser bastante reduzido, no caso da América Latina e no caso da África, etc. E dos países da Ásia. Ainda dentro dessa conjuntura internacional é importante notar que ao longo dos últimos anos houve um crescimento acelerado desses países, uma manutenção desse crescimento acelerado dos países do norte em detrimento ao crescimento quase que negativo dos países do terceiro mundo.

Apesar disto, quer dizer, e mesmo apontando para esse desequilíbrio cada vez maior, o que a gente notou ao longo desses últimos 10 anos, foi um crescente envio de recursos financeiros por parte dos países do sul direto aos países do norte, quer dizer, a quantidade de dinheiro repassada dos países do norte e aplicadas em termos tanto industriais quanto em termos de empréstimos, tanto de aplicação produtiva, quanto em termos de empréstimos dos países do norte em relação ao sul, foram muito menores em relação à quantidade de dinheiro pago em termos de parcelas e juros das dívidas externas desses países. Então, nós temos, em termos de conjuntura mais global, uma situação bastante difícil com blocos de países subdesenvolvidos em crescente ampliação do seu desenvolvimento, blocos subdesenvolvidos, no caso o Brasil e, dentro esse quadro, uma permanente remessa de juros e de parcelas desse capital que foi emprestado nos anos anteriores, pra onde esse então leva pra um acirramento bastante complicado.

Em termos da América Latina, se nós considerarmos os últimos anos, o que a gente, foi, percebeu que em termos de um movimento político nós tivemos um crescimento da ocupação por parte dos governos, de uma democracia formal, quer dizer, a América Latina deixou de ser pauta no mundo, no primeiro mundo, uma vez que as ditaduras presentes na América Latina foram gradativamente substituídas por governos civis e isto de uma certa forma retira a sua atenção preocupante em relação à sua condição política e deixa com que a presença internacional e a preocupação internacional com relação à América Latina em termos de apoio e em termos de recursos financeiros passe pra um outro campo que é simplesmente o do campo dos interesses econômicos. Essa democratização formal a gente vai encontrar no Peru, no Chile agora, no Uruguai, na Argentina no Brasil, Bolívia e não se pode dizer, evidentemente, que ela tenha se tornado uma democracia substantiva em termos de América Latina e muito menos de que essa democracia formal seja uma garantia efetiva de continuidade do poder nas mãos da sociedade civil em processo de democratização cada vez maiores. A democratização que nós vimos no caso europeu, das ditaduras européias, no caso da Espanha e de Portugal, foram substituídas por democracias substanciais. No caso da América Latina o risco de retrocesso é sempre presente e o risco da possibilidade de manutenção de um sistema formal, democrático, num quadro de crise econômica é sempre bastante sério. Em termos da situação econômica o que a gente pode dizer é que essa década, foi uma década que foi perdida pra América Latina. Quer dizer, índices de crescimento que nós podemos encontrar em décadas anteriores, nesse ano, nessa década, na década de 80 foi uma década em que os crescimentos foram negativos na maioria dos países. E com crescimento do

endividamento externo acelerados. Portanto: crise econômica, baixo crescimento, endividamento e governos de democracia formal e um deslocamento de interesses por parte do capitalismo internacional que antes tinha na América Latina um dos seus fatores de obtenção de matérias primas e de produtos industrializados a baixo custo e agora através do seu desenvolvimento tecnológico consegue realizar isto muitas vezes a custo competitivo nos próprios mercados do primeiro mundo. Portanto, uma questão que se coloca para nós é qual que é o espaço da América Latina num contexto universal como esse e qual vai ser o espaço ao longo dessa década, e como é que a gente pode notar caminhos possíveis de reintegração dos países Latino Americanos no contexto mundial. Em termos do Brasil, alguns pontos que a gente pode notar, nós terminamos no final do ano passado, o final de uma etapa política de transição, um governo constituído, um governo federal constituído democraticamente a partir das eleições diretas do ano passado, isso termina um estágio e coloca o Brasil então, dentro desse campo Latino Americano da democracia formal, mas ao mesmo tempo o que se pode notar e o que ocorreu o ano passado é bastante claro: uma certa tendência ao crescimento de uma presença das esquerdas no cenário político, não só em termos numéricos mas também, em termos de uma coligação onde a presença de uma unidade das esquerdas que acabou se configurando na figura do candidato Lula o ano passado nas eleições para presidente. Esse avanço gradativo das esquerdas tem se constituído muitas vezes, num avanço da ocupação do setor público fazendo um movimento por parte das organizações da sociedade civil, um movimento gradativo de ocupação dos espaços públicos inicialmente em algumas prefeituras e com grandes possibilidades de governos estaduais nas próximas eleições desse ano.

Ao mesmo tempo em que há esse processo, nós podemos perceber uma crise econômica das mais graves e talvez uma das maiores que o Brasil tenha passado. Uma crise econômica que nós não conseguimos, a gente não consegue vislumbrar equacionamento. Uma crise que parece que tem um processo rotativo onde a inflação é retomada permanentemente e onde a questão da dívida externa e da dívida interna são os marcos fundamentais e não se vê equação a médio prazo nem nos planos do governo anterior, nem nesse que está aí. É uma década de estagnação econômica, é um país que cresceu em média 7% ao ano desde 1940 até 1980, este ano teve, na década de 80 teve em média um crescimento de 1%. Todo esse movimento que levou o Brasil a sair da 49ª economia capitalista mundial na década de 40 e chegar no final da década de 70 a ser a 8ª economia capitalista mundial, vai passar por um período de estagnação que tem se demonstrado muito menos, vamos dizer, por uma crise econômica profunda no sentido da produção, porque a produção vem se mantendo e o nível de emprego vem se mantendo, mas numa crise muito mais de investimento e de renovação de seu parque industrial, o que demonstra que nós vamos sofrer os efeitos dessa crise econômica a curto prazo, já na próxima década. Estamos vivendo dentro desse quadro uma mudança do governo federal em termos de política nacional, dentro de um quadro de uma sociedade bastante dividida, onde nós vamos ter uma eleição significativa, talvez mais importante do que qualquer

outra que é a composição do congresso nacional deste ano, que vai dar, dado o caráter da constituição aprovada no ano retrasado, um poder significativo a esse congresso e que vai controlar de uma maneira significativa a possibilidade do governo federal de realização de suas políticas. Essa eleição se mostra fundamental não só pro Governo Federal que toma posse agora, porque ele tem efetivamente que apostar em um processo de apoio parlamentar, mas ao mesmo tempo dentro de um quadro de crise política considerável, dentro de um quadro de divisão social considerável pelos políticos e dentro de um quadro econômico bastante difícil.

Bom, são essas as considerações de caráter conjuntural que eu acho que nós devemos levar em consideração como um primeiro ponto nessas discussões que vocês vão manter ao longo desses dois dias.

Em relação à questão propriamente da educação, eu vou começar com um ponto dois sobre a questão do analfabetismo e a questão dos números em relação a isso. A gente que estuda e que trabalha com relação aos números de analfabetos no Brasil, sempre tem muita dificuldade em tentar localizar qual que é o melhor critério, quais são os dados que estão à disposição, e essa dificuldade é real porque nós temos alguns Centros que trabalham com analfabetismo acima de 05 anos, depois a gente tem os Centros dos mais recente que trabalham com analfabetismo a partir dos 15 anos, a gente tem as pesquisas por amostra domiciliar que trabalha com índices em alguns casos acima de 05 anos, em outros casos acima de 10 anos. Então, normalmente, há uma variedade de dados bastante difíceis de poderem ser identificados. Mas de qualquer forma o que a gente pode mostrar no primeiro dado que eu acho que a gente tem que levar em consideração é o seguinte: até 1987 houve uma queda sistemática dos índices percentuais de analfabetismo para crianças e adultos acima de 05 anos. Esses índices vieram caindo até 86, que dizer, nós temos em 1990, 92% das pessoas com 05 anos ou mais analfabetas, em 1920, 72%, em 40, 61,1%, em 50, 57,1% em 60, 46,7% em 86, 25,59% e em 87 é a primeira inflexão que vai ocorrer nos índices percentuais que passam então de 25,59% pra 25,76%, é uma mudança pequena, mas é a primeira vez que essa queda, que essa linha de queda percentual começa a ocorrer no sentido do crescimento. Isto é uma questão, é uma questão séria que tem que ser enfrentada e que a gente tem que buscar as causas dessa inflexão na queda dos índices percentuais. Eu estou falando em índices percentuais porque, evidentemente, o número de pessoas cresceu e cresceu de maneira considerável. Os dados de 1940 apontam para 21,2 milhões de pessoas e os dados de 1990 apontam para 32,7 milhões de pessoas com mais de 05 anos que não tem o domínio do código da leitura e da escrita. Eu peguei esses dois de 40 à 90 pra mostrar justamente que é neste período que o Brasil sai da condição de 49a. economia capitalista mundial e passa justamente pra 8a. economia capitalista mundial e é justamente nesse período de desenvolvimento acelerado com 7% ao ano em média de crescimento que o país cresce 01 em torno de 11 milhões de pessoas analfabetas com mais de 05 anos de idade.

Essa situação tá colocada dentre uma situação mundial, quer dizer, o Ano Internacional nasce muito em cima de uma preocupação que hoje no mundo inteiro nós temos cerca de 01

bilhão de pessoas que não tem o domínio do código da leitura e da escrita. 100 milhões estão na faixa de 06 a 11 (término lado A da 1ª. fita) ... dessa população portanto, 98% estão justamente nos países do sul, nos países subdesenvolvidos, o que demonstra então o que em termos mundiais aquilo que ocorre também em termos nacionais e latino americanos que: justamente nos bolsões de pobreza é que a gente vai encontrar os maiores índices de analfabetismo. 54% estão na África, 34% estão na Ásia e 17% na América Latina. Na América Latina nós temos 44 milhões de pessoas analfabetas e o caso brasileiro é o maior. Nós temos 30 milhões de brasileiros analfabetos nessa situação. Portanto, a maior porcentagem numérica na América Latina, em termos percentuais o Brasil é o 8o. em termos percentuais na América Latina atrás dos seguintes países: Haiti, República Dominicana, Guatemala, Bolívia, El Salvador e Honduras. Triste posição essa brasileira! O que a gente começa a perceber é que este crescimento de 86 para 87 é um crescimento pra criança acima de 05 anos que não está situada entre 14 anos e 39 anos. O crescimento, aquilo que empurrou os índices de analfabetismo pra cima está situado justamente na situação entre 05 e 13 anos de idade e mais de 40 anos de idade, quer dizer, o número de crianças que não tiveram acesso aos códigos da leitura e da escrita está aumentando, então, o que está inflacionando o número, esse número mais global, é justamente a diminuição de acesso à escolarização que ocorreu na década de 80. E portanto, isso vai empurrar os índices de analfabetismo adultos e consequentemente vai empurrar a demanda por cursos de alfabetização e cursos de ensino supletivo a curto prazo. Evidentemente a explicação que a gente pode ter pra isso é uma explicação que está diretamente voltada à situação de crise econômica que o Brasil viveu na década de 80. A crise de 81 a 83, talvez a crise mais profunda que o Brasil passou nessa década, teve repercussões imediatas na possibilidade de aquisição dessa escolaridade nas camadas mais pobres da população e sempre que ocorrer crise econômica ela está diretamente voltada a uma situação de possibilidade de acesso aos bens sociais que a sociedade nos traz. Se a gente tomar os dados de 1990, que são os últimos dados do censo e são os dados que tem maior precisão, porque a pesquisa de amostra domiciliar é uma pesquisa amostral e porque ela também não atende a região Norte e toda parte do interior Norte, enquanto que o índice do censo é o índice mais profundo, é mais real. A gente pode ter o seguinte resultado: nós temos naquele momento, em 1990, a gente tinha uma população com mais de 15 anos que é a faixa que o censo trabalha de 73 milhões e 500 mil pessoas, dessas 73 milhões acima de 15 anos, 19 milhões e 700 mil, 25%, não sabiam ler e escrever. Se a gente considerar com menos de 01 ano de estudo e mais os analfabetos, a gente chega a porcentagem de 20 milhões, portanto 27,42%, mais de 01 ano e menos de 04 anos, nós temos 15 milhões de pessoas, 21% da população e de 04 a 08 anos, portanto, sem completar aquilo que está colocado constitucionalmente como direito do cidadão, ou seja, 08 anos de ensino básico, se a gente pegar de 04 até 08, 23 milhões, portanto, nós temos $20 + 15 = 35$ milhões $+ 23 = 58$ milhões, ou seja quase 60 milhões de pessoas numa porcentagem, num total de 73 milhões com mais de 15 anos de idade que não tem a educação básica, um ensino que está colocado na lei como um

direito do cidadão, ou seja, 08 anos de escolaridade básica. E esta defasagem vai continuar aumentando, e vai continuar aumentando porque neste mesmo período em 1980, se nós tomarmos os 23 milhões de crianças que estavam na faixa dos 07 aos 14, portanto na faixa de direito de escolaridade, nós vamos ter 7 milhões e meio que não estavam na escola e deste total apenas 05 milhões, 23% na faixa etária correspondente, na idade-série correspondente, portanto, dos 23 milhões de pessoas, apenas 05 milhões e 300 mil estavam na idade-série correspondente. Ora, se a gente somar esse montante de pessoas que demandariam uma escola básica de 1o. grau ou seja, 40 milhões de pessoas que teriam direito à escolaridade de 00 a 06 mais essa quantidade de pessoas que estão fora da escola, ou defasadas, que portanto, vão chegar a ser demandatárias do ensino supletivo posteriormente, ou das escolas de educação adulta, a gente chega a um volume de quase 90 milhões de pessoas que teriam demanda potencial pra escolaridade básica naquele momento, numa população em torno de 110 milhões de pessoas. O que esses dados apontam pra gente e eu acho que isto poderia ser então conclusivo, quer dizer, no sentido deste 2o. ponto de que a gente poderia levar pra reflexão dos próximos dias - A 1a. é que não há democracia educacional sem democracia social esse é um dado fundamental, as pessoas são pobres não porque são analfabetas, as pessoas são analfabetas porque são pobres, quer dizer, esta é uma realidade que tem que ser colocada bastante fortemente porque normalmente a tendência de uma campanha de um Ano Internacional é de jogar a culpa no analfabeto de toda a situação econômica e de pobreza que o país tem, quando é justamente o inverso que deve ser considerado, quer dizer, as pessoas estão nesta condição educacional porque as condições sociais não permitem que ele pudesse ter acesso a esses dados básicos de escolaridade. Então essa é a 1a. conclusão que a gente poderia tomar desse 2o. item. Não há democracia educacional sem democracia social e não há na história mundial ninguém que tenha resolvido o problema da escolarização da maioria da população sem que houvesse ganhos sociais da maioria da população, sejam elas em governos revolucionários de esquerda, sejam eles em governos capitalistas, ou seja, se vocês tomarem inclusive os exemplos dos países latino americanos, o caso da Argentina, o crescimento da escolaridade, no caso Argentino veio justamente junto com o crescimento da participação social e dos bens sociais que essa sociedade produz. Só é possível ocorrer isso em uma situação de crescimento geral, não adianta o país ter crescido 7% ao ano, ao longo desses anos todos, se isso não se converteu em democracia social na procriação desse crescimento pela maioria da população. Portanto, com concentração de renda e crescimento não tem mecanismo que solucione a questão educacional, e a 2a. questão que eu acho que a gente poderia retirar daí é que há uma interligação permanente entre alfabetização infantil e a situação do analfabetismo adulto e da escolarização do adulto. Não se resolve o problema do analfabetismo de jovens e adultos sem fechar a torneira da educação infantil. E muitas vezes isto tem sido interpretado como uma prioridade à educação infantil em relação à educação de adultos. Eu particularmente tenho me debatido muito contra essa posição, muitas vezes, inclusive, de companheiros nossos, educadores de esquerda que foram ao serviço

público, ao executivo, e que muitas vezes acabaram no meu modo de ver concebendo de uma maneira errônea um direito que é de todos como um privilégio para a educação infantil, como forma de solucionar a questão do analfabetismo no país. Se é verdade que não se resolve o problema do analfabetismo adulto sem resolver o problema do analfabetismo infantil, por outro lado nós não podemos considerar, deixar de considerar que enquanto direito do cidadão que perdeu essa escolaridade não por culpa sua, mas por culpa de uma sociedade que não lhe permitiu fazer isso, o Estado deve obrigatoriamente atender a esta demanda.

O 2o. ponto que eu queria levantar, são os desafios em relação ao setor público que estão colocados para nós. Esse é um ano que o legislativo aponta para, no caso federal, pra duas questões básicas, uma no plano federal sempre, a questão da nova Lei de Diretrizes e Bases. Como vocês sabem, nós estamos num impasse em relação à nova Lei de Diretrizes e Bases. Existe um projeto de lei que está colocado e que está sendo discutido, proposto, por uma série de instituições da sociedade civil e que foi inicialmente assumido pelo Otávio Elias, posteriormente pelo Jorge Archer e o último substitutivo está sendo discutido agora junto ao Congresso, mas ao mesmo tempo entende-se que esta legislação, esta nova lei é uma lei que é mais progressista do que a minoria progressista do nosso Congresso Nacional e isso traz evidentemente, um problema de difícil solução. Há uma perspectiva bastante grande de que o senado apresente uma alternativa de lei, um substitutivo à lei de Diretrizes e Bases e que isso pelo fato de ser apresentado pelo senado teria prioridade junto ao Congresso Nacional o que permitiria então, em termos um substitutivo de caráter mais conservador organizado, fala-se, eu não sei, por Cesar Cavalcante e Marco Maciel.

Em relação ao Plano Nacional de Educação, já existe um movimento de elaborar o Plano Nacional de Educação, já existiram encontros regionais para discutir o Plano Nacional, mas, de qualquer forma este é um movimento de atropelamento, porque na verdade o Plano Nacional deveria ser um Plano baseado na nova Lei de Diretrizes e Bases. Nós estamos numa situação bastante difícil, porque tudo indica que essa nova Lei não vai ser votada, que vai se criar um impasse, que no 2o. semestre não vai ter quorum evidentemente porque tá todo mundo garantindo o seu emprego no 2o. semestre e isto vai levar, vamos dizer, os parlamentares a irem às suas bases de origem pra trabalhar na campanha deste ano, se isto não ocorrer já no 1o. semestre. E portanto, a nova legislação, que se for do Congresso, aparentemente pode ser mais progressista se ela representar o que foi o crescimento das esquerdas nestes últimos anos. Pode criar uma situação até mais facilitadora em termos de uma Lei de Diretrizes e Bases mais progressista. Por outro lado, uma Lei progressista com um governo conservador, me parece uma equação bastante difícil de ser equacionada, nós somos, há muito, a gente tem normalmente sempre mostrado, uma legislação progressista no caso da educação, o que não é nada progressista é justamente o executivo. A legislação na verdade, garantiu o direito de educação a todos desde a primeira carta republicana, desde 1824 que esta garantia já estava colocada pra todos e nós fizemos isso

na 5692. Os anos de escolaridade pra todos e os dados estão aí: uma parcela mínima consegue realizar esses 08 anos. Agora nós estendemos a escolaridade pra pré-escola e pra todos aqueles que não tiveram acesso ou seja pra 80 milhões de pessoas em 1990, mais a pré-escola que não estava apontada de 0 a 06. Esta realmente é uma legislação bastante aberta, bastante progressista. Agora, a viabilidade executiva disto cria um impasse que só a partir da luta social é que vai ser possível ser realizada. Não é um discurso legislativo, é um discurso muito mais político, que tem implicações de caráter social muito maior.

Ao nível estadual e ao nível municipal o que a gente pode dizer é que nós estamos em plena vigência agora da legislação da constituinte estadual, e neste aspecto questões estão sendo colocadas. Nos próximos dois meses a maioria dos Estados, a maioria dos municípios vão ter feito as leis orgânicas municipais uma vez que todos os Estados já terminaram e onde questões como participação popular nos Conselhos, criação dos Conselhos de Escola, escolha direta dos diretores, criação de programa de ensino básico da educação de adultos, aplicação da receita mínima, reconhecimento de escolas comunitárias e de movimentos sociais que tem participação grande estão sendo colocadas permanentemente enquanto pauta dessas Leis Orgânicas. No plano do executivo federal nós temos uma situação bastante dúbia, nós não sabemos o que vem pela frente na verdade, nós temos indicações, mas no plano federal é muito difícil de saber, o que vai, o que está para ocorrer. Eu tive acesso ao texto base do Grupo de Educação que foi coordenado pelo Geraldo Leal de Moraes, que foi secretário em Maceió de Collor, e tem os conceitos básicos de um plano participativo de renovação nacional. Ele me deixou um pouco preocupado, é um pouco assustador o que vem pela frente, mas de qualquer forma, eu vou deixar o plano aí, vocês podem ter acesso, tem coisas que são apontadas, por exemplo uma regionalização curricular, voltar ao velho esquema de produção de curriculum, sem ter um curriculum básico mínimo nacional, afirmações no seguinte sentido: O ensino superior absorve 80% dos recursos do MEC, é de baixa qualidade e em grande parte voltadas às ciências humanas, ou afirmações como essa: a escola privada deve ser estimulada pela sociedade, municípios Estados e governo federal, ou afirmações como: o currículo pleno deve ser regionalizado, a iniciação à Educação Física e ensinamentos com conteúdo de higiene e cultura cívica, ou então o dualismo rede pública/ensino e rede privada deve evoluir para uma complementação e convergência na formação de homens capazes e íntegros. As comunidades, através das suas associações de moradores e demais entidades organizadas da população poderá preparar cidadãos para o exercício, não de cidadania, mas de profissionais que lhe interesse, tais como: eletrônica, datilografia, contabilidade, carpintaria, hidráulica, pedreiro, encanador, cabendo ao poder público contribuir com material técnico e didático e orientação profissional. O acesso ao ensino público superior gratuito deve ser um direito de cidadão capacitado e aquele que comprove sua impossibilidade financeira de complementação dos recursos necessários, quando lhe será provido de bolsa de estudo, devendo entretanto, ser pago por estudantes de famílias ricas, capazes de fazê-lo. Bom, por aí

vocês podem ter uma idéia do que vem pela frente em termos do governo federal. Por outro lado, o que nós temos visto é que ao nível municipal as eleições de 88 trouxeram uma quantidade bastante grande de partidos de esquerda neste governo e que tem ampliado significativamente a situação no campo educacional, em especial no campo da educação de adultos. Isto, a gente pode explicar, muitas vezes, porque a grande maioria das pessoas que vão assumir na área educação dessas prefeituras, muitas vezes vieram dos movimentos sociais de práticas de educação popular e que uma preocupação já bastante grande como essa prática que se desenvolve, tem representantes aqui, e que se desenvolve no meio popular, no sentido de uma maior abertura de participação e de conscientização junto a setores jovens e adultos da sociedade.

Ao nível do judiciário, eu acho que nós temos que pensar num fato novo, de que de repente nós nunca ligamos muito para o judiciário na questão educacional e que de repente pode ser um instrumento bastante importante, ao nível das associações, ao nível da sociedade civil, no sentido de cobrar os compromissos estabelecidos constitucionalmente, não só no sentido da oferta de escolarização para todos, cuja medida judicial está colocada em termos constitucionais, quer dizer, hoje uma pessoa pode cobrar judicialmente aquela escola que ele não tem, mas também no compromisso da aplicação dos percentuais mínimos e também no compromisso que está colocado nas disposições transitórias de que nós teríamos 10 anos pra erradicação do analfabetismo e pra extensão do ensino básico pra todos. Eu gostaria de lembrar pra vocês que vão trabalhar a partir de amanhã que os 10 anos já viraram 09 e que portanto é menos tempo que nós temos pela frente.

O 4o. item que eu queria levantar é a questão de que esse empenho em cobrar do setor público, seja no legislativo, no executivo e no judiciário, ele só vai se efetivar, ele só vai ganhar consistência, na medida em que nós tivermos também um pé junto ao movimento social e o que nós podemos perceber é que se é evidente que há uma iniciativa por parte do Estado em relação à oferta da escolaridade e houve um crescimento de oferta de escolaridade ao longo dos últimos 40 anos. Quem muitas vezes direcionou e quem muitas vezes arrancou este direito do Estado foi a organização popular, foram os movimentos sociais organizados. Estes estudos, são estudos que pouco tem chegado ao conhecimento e eles são muito recentes. A gente começa a ter agora um grupo de pessoas que estão mais preocupadas em tentar mostrar como a participação popular é definitiva no sentido de arrancar do Estado este direito que é de todos. Isto também demonstra um pouco o elitismo com que as pesquisas acadêmicas vem sendo tratadas, a participação popular, a educação popular de uma maneira geral, tem sido muito pouco tratada dentro do panorama geral da educação em termos da pesquisa e da sua compreensão teórica. Eu vou tratar desse assunto um pouco mais pra frente, mas, nós podemos notar que a participação popular a gente pode encontrar a um nível do fazer essa escolaridade que não ocorre e que não tem oferta por parte dos setores públicos. Quer dizer, a organização popular não só pra adultos através desses projetos de alfabetização e de escolas de educação de adultos que se desenvolvem nesta chamada educação popular junto aos movimentos

sociais, mas também, a educação infantil, nós não podemos esquecer por exemplo os movimentos, as escolas comunitárias em regiões pobres desse país, que é um movimento bastante forte. É o caso por exemplo, de Recife, Olinda, é o caso de Belém, é o caso do Rio de Janeiro, é o caso de Salvador, é um movimento bastante forte que nada mais é do que a própria população se organizando para realizar aquilo que não consegue enquanto direito do Estado. Este é um lado da participação popular, o outro lado da participação que é o lado da reivindicação de escolas, dos movimentos sociais de reivindicação e agora esses estudos começam a mostrar como é que isto vem se dando em termos da organização popular, em especial a partir da década de 70, quando a prática desta chamada educação popular no seio dos movimentos sociais entre outras coisas acabou por reivindicar e direcionar a escola que eles gostariam de ter. E finalmente, uma questão muito pouco estudada e muito difícil de ser trabalhada, a questão do controle da gestão por parte dos movimentos sociais sobre a escola que ele tem, mesmo nas gestões de esquerda o que a gente tem visto, ele consegue avançar bastante na oferta mas, a questão da gestão e a questão da participação ainda é uma incognita. As experiências dos governos, dos primeiros governos de oposição, dos governos estaduais de oposição avançaram um pouco na questão dos Conselhos de Escola, na gestão do controle, na tentativa de um controle público sobre essa escola, mas isso ainda é muito precário hoje por exemplo. Os exemplos dos Conselhos de Escola do Estado de São Paulo que nasceram no governo Montoro, por exemplo, em 1982, estas experiências se reproduziram posteriormente na gestão municipal da Professora Guionar, tal, praticamente se perderam. Hoje não existe nenhum Conselho de Escola que eu conheça, por exemplo, funcionando na região da grande São Paulo e, chegaram a ser mais de 1000 Conselhos de Escola funcionando em certo momento. O que demonstra que nem sempre a participação é um problema de decreto, quer dizer, você não pode estabelecer participação popular e gestão a partir de decretos que vem do executivo. Esta é uma discussão que nós temos que fazer ainda. Será que o controle e a participação tem que se dar nas instâncias efetivamente escolares ou fora dessas instâncias escolares na organização popular junto aos movimentos fora do sistema escola propriamente dito? Será que toda participação escolar vai ser, no sistema, vai ser sempre uma participação burocrática? É possível essa gestão popular? São questões que estão colocadas pra gente justamente porque na verdade o que se coloca é que os grupos populares e o setor da sociedade que está colocado pra controlar, são justamente setores que pouca experiência tiveram dentro da escola e justamente a entidade escola é uma entidade que é muito pouco trabalhada pelos setores populares, os setores populares muito mais reivindicam do que propriamente gestam esta escola e controlam essa escola.

Um 5o. aspecto, diz respeito ao papel das universidades, e aí é um chamamento, né? Nós estamos aqui dentro da Universidade de Brasília, é um chamamento neste sentido, quer dizer, eu, o ano passado, a UNESCO me encomendou uma pesquisa em relação à participação das universidades, das entidades de ensino superior no campo da educação de adultos e foi uma tristeza. Se a gente pegar esta parcela de 60 milhões de pessoas que não tiveram

acesso e que é uma demanda potencial na educação de adultos, primeiro que esta parcela recebeu em termos orçamentários menos de 1% do orçamento na educação em termos de governo federal e menos de 0,5% em termos dos governos estaduais. Isto se ficar só em termos de ação efetiva. No campo do conhecimento o que a gente verifica é o seguinte: São raríssimas as escolas, bom, nós temos um pós-graduação, em termos de educação de adultos, um mestrado na Universidade da Paraíba e nós temos apenas duas escolas de nível superior que tenha qualificação em termos de educação de adultos e a grande maioria das escolas de ensino superior não tem nem a disciplina obrigatória em termos de educação de adultos. O que a gente consegue encontrar na maioria dos trabalhos é que não há uma articulação entre pesquisa, extensão e ensino, quer dizer, a pesquisa normalmente é uma pesquisa que trabalha paralela ao trabalho de ensino, o ensino é bastante reduzido e normalmente o trabalho de extensão é um trabalho que não está colado a este campo temático. Voltado, vamos dizer, ao campo educacional.

A grande maioria dos programas de educação nasceram a partir de um decreto do Ministério da Educação, de uma indicação do Ministério da Educação que orienta os reitores a que façam programas de educação de adultos pros seus funcionários. Isto nasce a partir de 1986. Eu fui localizando gradativamente comecei a ver que a maioria dos programas, eram programas colocados a partir das reitorias, né? Muitas vezes a partir dos serviços das pró-reitorias que lidavam com a questão de assistência social dentro das universidades. Então, entre o refeitório, a recreação, uma educação de adultos e totalmente descolado do setor de produção de conhecimentos, de ensino, ou seja, a Faculdade de Educação e o Centro de Pesquisa. ... fim da 1a. fita - lado "B"...

... tinham pesquisas ou que trabalhavam com alfabetização de adultos e não encontraram essas pessoas e foram obrigadas a chamar aquela professora, que parece que alfabetizou a empregada dela na década de 60 e que parece que conhece alguma coisa ou participou do projeto de alfabetização na década de 60 com Professor Paulo Freire, naquele momento e aí nasce um núcleo de preocupação.

Não é o caso daqui, que eu acompanhei um pouco. Mas é o caso em algumas questões, por exemplo: outra coisa que se revela muito claramente no campo da educação de adultos, em termos das universidades é que isto é uma dedicação de duas ou três pessoas que dedicam a sua vida à esta questão e que ficam brigando internamente dentro da Faculdade pra tentar arrumar um espacinho pra educação de adultos, arrumar uma verbinha prá uma pesquisa pra educação de adultos, arrumar um pouquinho de dinheiro pra fazer um serviço de extensão, aquela perua emprestada, etc., etc. Então vai indo sempre como se fosse um favor, o atendimento. E se você considerar isto em termos da realidade nacional, em 1990, de 90 milhões de pessoas que estavam fora da escola, com atraso de escolaridade em detrimento a 05 milhões de crianças que estavam na faixa do 07 aos 14 anos, na idade-série correspondente e a quantidade de verba, de pesquisas, que foram dedicadas a estas 05 milhões de pessoas. Quer dizer, o ideal do escola que é muitas vezes o ideal dos filhos dos professores que estão trabalhando nas universidades que tiveram acesso portanto, às universidades,

acabam criando uma situação elitista por parte da universidade, no campo da pesquisa, que quando você entra pra um trabalho de educação de adultos neste sentido, você não tem formação, você não tem líquidos, você não tem possibilidade de buscar recursos e você não tem orientação. Então, eu garanto que todo mundo aqui que trabalha com educação de adultos, entrou na marra pra fazer esse serviço e muito provavelmente acabou tendo que ver as coisas da década de 60 pra fazer trabalho de educação de adultos. Vai lá, lá "Educação com prática de liberdade", alguma coisa do Gadotti, alguma coisa do Onildo, do Celso Baire. Mas todos referente à concepções teóricas. Isto não quer dizer que não tenha havido pesquisas e não quer dizer que não tenha havido um pequeno avanço no processo de conhecimento. Este trabalho que foi feito em termos do estado da arte que é tentar levantar toda essa produção de conhecimentos, apontou por caminhos interessantes. Agora, é sempre com muita dificuldade que isso acontece, e é sempre normalmente professores que tinham vínculo no sistema estadual ou municipal e que trabalhavam no ensino supletivo ou em programas de educação de adultos e que acabaram aproveitando a sua presença na universidade para sistematizar a sua experiência e de ver então se a partir daí conseguia formar um campo de reflexão e de pesquisa. E neste aspecto, nós estamos mais, bem mais. No caso em específico na educação de adultos, eu não posso dizer em outros campos, mas é por onde eu mais acompanhei e no Ano Internacional da Alfabetização como esse, quer dizer, quando se aponta por aí essa questão do Ano Internacional, este é um problema grave que está colocado, porém, em termos de formação de professores, em termos do conteúdo das pesquisas acadêmicas.

Uma última questão, é a questão colocada em relação ao movimento dos professores. No caso eu tenho entendido que o movimento dos professores tem apesar do seu avanço quantitativo, vem passando por dificuldades. Tem representantes aqui do movimento dos professores que podem muito bem me questionar ou dizer se é isso mesmo ou não, quer dizer, dificuldades no sentido de que a gente tem avançado consideravelmente em termos de uma articulação mais forte em termos das greves de reivindicação salarial e muito pouco no avanço da discussão paritativa sobre a questão pedagógica. Claro que eu não vou cair na ingenuidade de fazer uma contraposição entre uma coisa e outra, tá certo? Mas, de fato concretamente, o que a gente pode perceber é que na década de 80, foi uma década de crescimento, de avanço dos movimentos dos professores e certamente foi uma década de absoluto desprestígio com relação ao ensino público e nós chegamos no final dessa década de 80 no nível mais baixo que o ensino público poderia ter em termos nacionais. Não por culpa dos movimentos dos professores, evidentemente, mas sim por culpa da ação dos governos, em especial dos governos estaduais. Essa última leva semedebista que ocupeu os governos estaduais, quase que por uma ação coordenada conseguiu gradativamente nos principais Estados que tinham tido avanços consideráveis nesse campo, jogar por água abaixo um trabalho que poderia ter sido bom. Nós chegamos ao cúmulo no ano passado, de que todos os alunos das escolas públicas de São Paulo, passaram por decreto do Conselho Estadual de Educação. Então, isso sabendo a situação de crise que havia e o movimento, o movimento não tem conseguido

dar resposta, essa é que é a questão. Tem sido muito difícil pra nós conseguir dar a resposta à uma situação como essa. É um desgaste permanente. Pelo menos eu falo muito no caso de São Paulo, é um desgaste permanente, as greves tem se estendido de uma maneira considerável, a quantidade de pessoas que está saindo do ensino público é enorme, a quantidade de escolas que não tem aula é enorme, a quantidade de alunos que deixam de voltar depois de uma greve de 90, de 120 dias, é muito grande. Eu sei que vocês estão vivendo uma situação como essa agora. E em termos concretos, quer dizer, a gente fica brigando por misalhas o tempo todo e o desrespeito com relação à questão do professorado está presente em todos os sentidos. O que eu estou colocando no verdade, é que este ano, esta mobilização nacional que se faz em torno do Ano Internacional da Alfabetização e das questões que estão colocadas aí por uma nova Lei de Diretrizes e Bases, etc. Se nós não tivermos a participação efetiva de setores sindicais, de setores organizados da sociedade, da CUT, da CGT, quer dizer, se não houver participação mais ampla da OAB, de outros setores da sociedade civil que têm preocupações não diretamente ligadas com a questão educacional vai ser muito difícil vencer esta dificuldade e eu estou falando isso porque essa é uma dificuldade real. Por exemplo, a experiência do GETA de São Paulo. Eu estou achando uma maravilha essa experiência aqui, pela presença de representantes de movimentos institucionais e de sindicatos. Em São Paulo, por exemplo, a gente não conseguiu levar até o ESP pra uma reunião no GETA, a Associação dos Professores não foi pra nenhuma reunião do Grupo de Apoio à Ação Alfabetizadora, quer dizer, a CUT não foi nenhuma vez um representante lá, então é uma coisa muito difícil de ser pautado dentro de um Congresso Nacional, etc. esta questão educativa e se os amplos setores não estiverem colocados em uma ampla mobilização nacional, é muito difícil que isto possa ocorrer. Toda essa articulação que ocorria e que ocorreu aliás, em relação à constituinte no caso educacional, hoje ela tá bastante desarticulada, e hoje se a gente tiver que reconvocar os setores que estiveram presentes naquele momento numa luta pro ensino e defesa da escola pública, etc. hoje a gente não consegue pra lutar com a Lei de Diretrizes e Bases, tá muito disperso.

Bom! Esses são os 06 pontos que eu queria colocar. Eu só vou indicar então, as coisas que estão acontecendo. Em termos do Ano Internacional e como desdobramento do Ano Internacional. O GETA, este Grupo Estadual de Trabalho em Educação que está avendo em São Paulo, ele nasce no dia 02 de março de 1989. Ele nasceu quando do lançamento da campanha sobre o Ano Internacional numa coordenação no mesmo horário em 12 países, puxado pelo ICAE que é um organismo internacional no campo da educação de adultos dos organismos não governamentais. Isto é importante dizer: é uma coordenação dos organismos não governamentais no campo da educação de adultos que tem o ICAE no Canadá que centraliza e tem regionais que é o caso do CEAL que é o Conselho de Educação de Adultos da América Latina. No caso do ICAE então, houve o lançamento da campanha, que foi inclusive no SEED lá em São Paulo, com alguma participação de organismos e lá se formou um grupo de entidades não governamentais.

Bom, o grupo vem trabalhando, ocorreram, houveram,

encontros municipais, um encontro estadual no final do ano passado e tá se programando um encontro nacional para abril desse ano, que seria, não sei, uma tentativa de unificar os vários grupos de trabalho nos vários Estados. Esse encontro de abril, a última, teve um encontro do GETA na 4a. feira, a última informação que eu tive é que está com bastante dificuldade de ser realizado, em termos não só de articulação, em termos de pessoas disponíveis para articulação, como questões financeiras, como questões de espaço, etc. Mas de qualquer forma ele tá pautado ainda pra abril desse ano, no Parque Anhembí em São Paulo, bancado pela prefeitura municipal de São Paulo, que Paulo Freire disse que já tinha bancado desde o princípio.

O GETA tem servido como espaço de mobilização e de discussão sobre a questão do Ano Internacional, levantando os problemas e encaminhando sugestões ao nível municipal e ao nível estadual. Eu trouxe os dois boletins do GETA, estão aqui pra vocês, podem ser socializados, ele tem um boletim que é distribuído entre os participantes. Tem em torno de 300 a 400 participantes como representantes de várias instituições.

O que tem ocorrido é que a Secretaria Estadual e muitas das secretarias municipais, vieram gradativamente ocupando os espaços e um espaço que era de mobilização dos movimentos sociais, mobilização de organizações não governamentais, acabou sendo ocupado por uma maioria muito grande de pessoas do setor público ou de secretarias estaduais ou de secretarias municipais ou mesmo da Fundação Educar. Bem, em relação à Conferência Mundial da Educação que vai dar um início à campanha do Ano Internacional, essa Conferência Mundial de Educação Para Todos, vai ocorrer em Bangkok na Tailândia de 05 a 09 de março. Houveram dois movimentos diferenciados: um através de um documento que chama "Carta Mundial de Educação Para Todos", "Estrutura e Ação (são dois documentos) de Atendimento às Necessidades Básicas de Aprendizagem", este é um documento que foi produzido pelo PNUD, pela UNICEF, pela UNESCO e pelo Banco Mundial. Houve uma equipe cooperativa que produziu esse documento. Esse documento foi discutido numa instância inicial, ele se formatou num segundo documento. Esse segundo documento, foi discutido no Brasil através da UNICEF que chamou algumas pessoas para fazerem isso. Essa discussão teve base no Rio de Janeiro em meados do ano passado. As posições tomadas no Brasil por parte desses educadores foram levadas num Encontro em Quito, pra tirar uma posição latino-americana que ocorreu em dezembro do ano passado e que portanto serviu como contribuição a um documento-base final que vai ser discutido então na reunião de Bangkok, em março deste ano. Eu deixo aqui com vocês também, os dois documentos, não esse documento final, mas os documentos que foram discutidos aqui no Brasil. A grande contribuição da América Latina pra esse documento, porque vocês imaginem um documento-dado da UNESCO é sempre um documento que tem que atender gregos e troianos, é um documento genérico, um documento que fala sempre de recomendações gerais, etc, etc. É um documento que tem que caber Nicarágua e Cuba dum lado e Chile e Pinochet do outro, quer dizer, então é meio difícil de poder articular isso de uma maneira global.

Esse documento genérico, aparentemente a grande contribuição além de trazer pra uma responsabilidade, os setores

públicos mais atuantes, colocou a questão da dívida externa, de uma análise de conjuntura e a questão da dívida externa nesse quadro geral pra que o problema da educação fosse analisado num quadro conjuntural mais amplo. Houve inclusive uma sugestão de que parte da dívida externa do 3o. mundo pudesse ser convertida em programas de educação, utilizando então o Ano Internacional e esses 10 anos que se deu, que a UNESCO se deu pra acabar com o analfabetismo até o início do ano 2000. Ainda visando essa Conferência Mundial de Educação, foi criada uma comissão, (e não só para isso), foi criada a Comissão Nacional Pró Ano Internacional de Alfabetização, que foi constituído em outubro de 88 e que tinha o Paulo Freire como Presidente até alguns dias atrás. O Paulo Freire na verdade escreveu uma carta pedindo a sua demissão, na medida em o Collor ganhou e ele disse que, a justificativa da carta dele dizia o seguinte: "o problema de educação é um problema de vontade política. Eu não encontro nesse governo a vontade política. Portanto, eu tô fora de uma comissão como essa".

De qualquer forma essa comissão produziu um documento chamado "Alfabetizar e Libertar". Esse documento eu tenho uma cópia aqui também, e deixo prá vocês. É um documento de trabalho e já foi encaminhado ao Ministro. Parece que o ministro não assumiu o documento, mas enfim, vai ser apresentado na Conferência Mundial e tem algumas indicações de trabalho com relação à questão, à mobilização no campo, aqui, dentro do Ano Internacional.

Uma outra coisa é o seguinte: existe a Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil, que é a AAB, que está vinculada ao CEAAL, que é esse Conselho de Educação de Adultos que fica no Chile. Essa é uma rede que aglutina alfabetizadores no Brasil. Não é uma organização governamental, é uma articulação de entidades, movimentos e grupos voltados à questão da educação gratuita e à discussão disto junto aos governos dos Estados.

Houve um Congresso Mundial do ICAE, também em Bangkok, na Tailândia, (não sei o que deu em Bangkok, mas enfim, deve ser um lugar interessante) em janeiro desse ano, onde ocorreu o IV Congresso Mundial promovido pelo ICAE de Educação de Adultos onde o CEAAL esteve presente com dois representantes do Brasil: João Francisco e a Moema, Moema Dias, lá de São Paulo. Particularmente, eu entendo que esse Encontro não produziu nada de interessante, não tinha um documento-base, não produziu nenhum documento final, uma reunião enorme que juntou 300 pessoas do mundo inteiro e que acabou. Não tem um efeito mobilizador que a UNESCO teve nesses anos todos como por exemplo, essa carta que está sendo trabalhada. Como a maioria dessas organizações que estavam vinculadas ao ICAE eram organizações não governamentais, que tem um discurso político muito mais forte, imaginava-se que se poderia trazer um documento de melhor qualidade e até agora pelo menos, uma informação que eu tive é que foi uma reunião de encontro pra discussão, troca de experiências, etc, etc. Eu tô meio de bronca com esses grandes organismos internacionais que só produzem encontros, pra marcar novos encontros, pra marcar novos encontros e sempre legitimam as mesmas pessoas que estão nos mesmos lugares. Bom, e que tem uma distância enorme dos movimentos sociais e da sociedade civil como um todo.

Há ainda programado nos dias 26, 27, 28 e 29 de setembro, o 1o. Fórum das Américas sobre Alfabetização, que vai ocorrer em Caxias do Sul e que estão convidados uma quantidade enorme de educadores da América Latina, da Espanha e da Europa e dos Estados Unidos, perdão da Europa apenas a Espanha, vai ver que eles consideram que a Espanha tem que tomar conta da gente.

Bom, vai haver ainda em abril como desdobramento, em marco perdão, como desdobramento do Ano Internacional da Alfabetização, um Encontro pra Mídia, que é um Encontro que é desdobramento do Encontro que a UNESCO fez em agosto do ano passado pra mídia internacional e que vai ocorrer aqui promovido pela Associação Brasileira de Rádio e Televisão, Pela Associação dos Jornalistas, enfim, prá toda a mídia, mais a Fundação Roberto Marinho, que vai fazer um Encontro de dois dias pra mídia, pra discutir duas coisas básicas: uma é a questão, sensibilizar a mídia sobre a questão do Ano Internacional de Alfabetização e das questões do analfabetismo e por outro lado discutir formas de ação por parte da mídia no campo da alfabetização, quer dizer, a um nível internacional, esse Encontro do ano passado mostrou que várias das instituições o Times por exemplo, o Washington Post por exemplo, tinham programas de alfabetização eles mesmos, no caso do Japão isso ocorria, no caso da União Soviética, quer dizer, tinham programas próprios, instituições de mídias tinham programas próprios de trabalho com alfabetização e que acabavam revertendo, evidentemente, na compra de seus jornais. O Times tem inclusive um tablóide chamado "Times To Me", justamente prá esses programas de alfabetização, e é nessa, dentro dessa idéia de melhorar ... (ele não completou a frase)...

Bom, há ainda encontros partidários que estão programados, no caso do PT, tem o II Encontro Nacional de Educadores do PT, que vai justamente apontar, tá marcado lá pra esse ano, que vai justamente apontar uma mobilização no campo da educação por parte partidária. No caso das Prefeituras, quer dizer, existe um movimento grande, de participação nesses grupos de trabalho, que ocorre em São Paulo, está ocorrendo em São Luís, está ocorrendo no Recife, Olinda, está ocorrendo em parte do Rio de Janeiro. De forma de mobilização dessa maneira como esta que está organizada aqui.

Bom, eu acho que é isto, vamos dizer que eu consegui pautar. A maioria das coisas que eu falei aqui desses documentos, está aqui no pacote de documentos que eu deixo aí com vocês que pode ser socializado e acho que é isto.

Também deixo em 03 pacotes de notícias de jornal sobre questões de analfabetismo, educação de adultos, voltada pro Ano Internacional da Alfabetização que nós estamos documentando desde junho do ano passado, que dizer, de junho prá cá todas as notícias que saíram nos principais jornais de São Paulo, Rio, Brasília - Correio Brasiliense -, e alguns jornais da Região Norte, Nordeste e Sul - o Zero Hora, tal. Tudo aquilo que sai no núcleo do jornal, tudo aquilo que sai no campo de educação, tem aqui, deve ter em torno de uma trezentas notícias que trazem então uma documentação que pode servir de base prá vocês.